

## Visão do Direito



Thiago Esteves Barbosa

Advogado e mestre em ciência política pelo Centro de Formação da Câmara dos Deputados

# O padrão brasileiro de confrontos entre protagonistas do poder

No Brasil, quando duas figuras de grande estatura política entram em confronto direto, raramente há um vencedor duradouro. Em vez de vitórias claras, o que se repete é um padrão de erosão mútua: um dos lados sofre no curto prazo, seja por cassação, prisão, seja por renúncia; o outro, embora pareça preservado, enfrenta perda de capital simbólico, isolamento político ou desgaste institucional no médio e longo prazo.

O caso emblemático de 1954 ilustra o fenômeno. Sobrevivente do atentado da Rua Tonelero, Carlos Lacerda deixou de ser apenas um opositor barulhento para se tornar peça central na pressão que levou Getúlio Vargas ao suicídio. A tragédia projetou Lacerda nacionalmente, mas redefiniu sua trajetória. A comoção popular revalorizou o presidente, e Lacerda passou a carregar o estigma de conspirador. Seu discurso intransigente ainda o levou ao governo da Guanabara, mas inviabilizou o principal objetivo: chegar ao Planalto.

Décadas depois, o Mensalão produziu um embate de alta voltagem entre o então ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa e o ministro José Dirceu. Dirceu, além de deixar a Casa Civil do Governo Lula, perdeu o mandato, foi condenado e preso, tornando-se símbolo da derrocada de um projeto de poder. Barbosa, por sua vez, emergiu como “paladino do combate à corrupção”, alcançando popularidade inédita para um magistrado. Porém, ao aposentar-se do STF em 2014, alegando motivos de saúde, viu-se sem base partidária ou coalizão de apoio. Tentou testar sua força eleitoral em 2018, chegou a liderar pesquisas preliminares, mas desistiu da disputa presidencial poucos meses depois. Parte do eleitorado que o saudara em 2012 migrou para outras candidaturas: setores conservadores questionavam suas posições sobre direitos civis e grupos progressistas viam nele o rosto de um processo que consideravam politizado. Barbosa terminou a década mais distante da arena pública, ilustrando o custo de longo prazo que esses confrontos podem impor ao protagonista que, inicialmente, parece triunfante.

O impeachment de Dilma Rousseff é outro caso revelador. A então presidente foi afastada por decisão do Congresso, sob a condução de Eduardo Cunha, que mesmo sendo alvo de denúncias graves, operou o

**“Presidentes da República, ministros do STF, procuradores-gerais ou presidentes da Câmara podem, em determinados contextos, conduzir embates que deixam de ser impessoais e passam a ser travados em nome próprio. O sistema resiste, mas não sem custos”**

processo que levou à deposição da presidente com habilidade regimental e apoio de parte da base aliada. Dilma perdeu o cargo, mas conservou parcela de seu capital simbólico e consolidou a narrativa de que sofreu uma injustiça política. Cunha, por sua vez, enfrentou rapidamente uma série de desdobramentos judiciais e políticos: foi cassado, preso e perdeu a capacidade de articulação institucional que havia acumulado. Sua trajetória, profundamente marcada por aquele embate, ilustra mais uma vez o padrão de dano recíproco.

A Lava-Jato reforça esse padrão. A operação foi se consolidando, ao longo de meses, como um fenômeno inédito no sistema judicial brasileiro: partindo de investigações sobre corrupção na Petrobras, tornou-se uma força-tarefa com poder de pautar o debate público, mobilizar a opinião popular e influenciar diretamente o sistema político. Seu crescimento foi marcado por uma dinâmica de encadeamento narrativo, na qual novas fases e personagens eram apresentados quase semanalmente, em coletiva de imprensa com forte apelo simbólico e estético. Nesse contexto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o principal alvo. Suas denúncias, condução coercitiva, condenações e prisão consolidaram o que muitos viam como o ápice do combate à corrupção. Por outro lado, também alimentaram a percepção, em amplos setores da sociedade, de que havia uma personalização da justiça e um uso político das instituições judiciais. Sergio Moro, então juiz de primeira instância, e Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa no Ministério Público, ascenderam como protagonistas públicos da operação. Ganharam espaço na mídia, apoio de parcelas expressivas da população e protagonismo institucional — mas também acumularam críticas quanto à seletividade e aos métodos empregados. Lula, impedido de disputar a eleição de 2018, foi preso por mais de um ano. No entanto, em 2021, o Supremo Tribunal Federal anulou

suas condenações e declarou a parcialidade do então juiz. A decisão teve efeitos devastadores para a imagem pública da operação. Moro e Dallagnol, agora figuras políticas, passaram a enfrentar uma série de revezes: o primeiro, hoje senador, foi alvo de uma ação no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e no TSE por suposto abuso de poder econômico nas eleições de 2022 — uma iniciativa que expôs sua atuação política; o segundo foi considerado inelegível pelo TSE. O que começou como um esforço institucional de combate à corrupção tornou-se, ao fim, um conflito político-judicial de alta intensidade, que afetou profundamente todos os seus protagonistas — e tensionou as estruturas do sistema democrático.

O confronto entre ex-presidente Michel Temer e o então procurador-geral Rodrigo Janot também exemplifica o fenômeno. Durante seu mandato, Temer foi denunciado duas vezes por Janot, com base em delações de executivos da JBS. O presidente, no entanto, resistiu, manteve a base aliada no Congresso e impediu o prosseguimento das denúncias. Deixou o governo com o capital político reduzido e popularidade muito baixa. No entanto, anos depois, voltou a ser reconhecido como liderança política relevante, especialmente por setores da elite política e empresarial, que valorizam sua capacidade de articulação e sua agenda de reformas. Ainda assim, sua impopularidade crônica inviabilizou qualquer projeto eleitoral nacional. Já Janot encerrou seu mandato isolado, sob suspeitas de excessos e politização, e não voltou a exercer papel relevante no debate público institucional.

Esses episódios têm início, na maior parte das vezes, por canais institucionais legítimos: delações homologadas, pedidos de impeachment amparados em fundamentos formais, denúncias amparadas por prerrogativas constitucionais. O problema não está exatamente na ausência de mecanismos de

controle — mas nos excessos cometidos por alguns de seus operadores, que, ao extrapolar os limites de suas funções, transformam embates institucionais em confrontos personalizados. Trata-se menos de uma falha estrutural e mais de um sistema que demora a conter — e nem sempre contém — esses excessos a tempo de evitar danos amplos.

Por que isso acontece? Diversos estudos apontam a combinação de presidencialismo de coalizão, fragmentação partidária e judicialização como elementos que ampliam a margem para disputas personalistas. Mas há outro fator decisivo: a possibilidade de atores institucionais acumularem protagonismo excessivo, sem contrapesos imediatos. Presidentes da República, ministros do STF, procuradores-gerais ou presidentes da Câmara podem, em determinados contextos, conduzir embates que deixam de ser impessoais e passam a ser travados em nome próprio. O sistema resiste, mas não sem custos.

O embate vigente entre ex-presidente Jair Bolsonaro e o ministro Alexandre de Moraes sugere repetição do padrão. Bolsonaro já acumula inelegibilidade e diversas investigações. Moraes, encarregado de processos sensíveis no STF e no TSE, tornou-se uma das figuras mais centrais da República — e, também, um alvo preferencial de críticas. Seu protagonismo pode conferir-lhe prestígio institucional duradouro ou cobrar um preço alto, caso parte significativa da sociedade passe a vê-lo mais como ator político do que como magistrado.

Em estudo acadêmico que desenvolvo, denomino esse fenômeno de “embates assimétricos de dano mútuo”: confrontos entre “gigantes” que geram prejuízos relevantes para ambos, mas de maneira desigual no tempo, na forma e na intensidade. Muitas vezes, o maior impacto não é pessoal, e sim institucional. Tribunais têm sua legitimidade questionada, o Ministério Público se politiza e, o parlamento, paralisa-se. O dano colateral, portanto, não é menor; pode ser gravíssimo e deflagrar novas crises.

Não se trata de condenar o conflito político — inerente à democracia —, mas de reconhecer que sem mediação eficaz e a tempo, o embate personalista converte-se em autodestruição compartilhada. E quando os protagonistas caem, não raro é o próprio sistema que sangra.